

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

WENDY BROWN

*Cidadania sacrificial:
neoliberalismo, capital humano
e políticas de austeridade*

Tradução Juliane Bianchi Leão

ZAZIE 
EDIÇÕES

*Cidadania sacrificial:
neoliberalismo, capital humano
e políticas de austeridade*

2018 © Wendy Brown

COLEÇÃO

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

TÍTULO ORIGINAL

Sacrificial Citizenship: Neoliberalism, Human Capital, and Austerity Politics

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDITORES

Laura Erber e Karl Erik Schøllhammer

TRADUÇÃO

Juliane Bianchi Leão

REVISÃO DA TRADUÇÃO

Pedro Florim

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Rafaela Biff Cera e Denise Pessoa Ribas

DESIGN GRÁFICO

Maria Cristaldi

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-13-3

Este ensaio foi originalmente publicado na revista *Constellations*, vol. 23, nº 1, 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8675.12166>>. Agradecemos à autora e à John Wiley & Sons pela cessão dos direitos de publicação.

Zazie Edições

www.zazie.com.br

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

WENDY BROWN

*Cidadania sacrificial:
neoliberalismo, capital humano
e políticas de austeridade*

Tradução Juliane Bianchi Leão

ZAZIE EDIÇÕES

Introdução

Uma marca crucial do neoliberalismo é a extensão daquilo que Çalişkan e Callon chamaram de “economicização” – a conversão de domínios, atividades e sujeitos não econômicos em econômicos – a todas as esferas da vida.¹ Porém, economicização é um termo amplo que não especifica a forma dos sujeitos e instituições transformados por essa extensão e conversão. O neoliberalismo enxerga sujeitos como atores do mercado em todos os lugares, mas em que papéis? Empreendedor? Investidor? Consumidor? Trabalhador? Analogamente, a economicização da sociedade e da política poderia ocorrer segundo os modelos do lar, de uma nação de operários, ou de uma nação de clientes e consumidores. Essas foram

¹ Koray Çalişkan e Michel Callon. “Economization, Part 1: Shifting Attention from the Economy Towards Processes of Economization”. *Economy and Society* 38, 2009, pp. 369-398.

algumas das possibilidades geradas pela economicização nas histórias do socialismo de Estado, do Estado de bem-estar, da social-democracia e mesmo do nacional-socialismo.

A atual economicização neoliberal da vida política e social se distingue por uma produção discursiva que converte toda pessoa em capital humano – de si mesma, das empresas e de uma constelação econômica nacional ou pós-nacional, como a União Europeia. Consumo, educação, capacitação e escolha de parceiros são configurados como práticas de investimento em si mesmo, sendo o “si mesmo” uma empresa individual; e tanto o trabalho quanto a cidadania aparecem como modos de pertencimento à (equipe da) empresa na qual se trabalha ou à nação da qual se é membro. Empresas modernas buscam seus próprios interesses, é claro, mas de uma maneira específica. Longe de serem deliberadamente vorazes ou indulgentes, para conseguir sobreviver e prosperar precisam buscar estratégias cuidadosas de investimento, aprimoramento de capital, obtenção de vantagens, redução de custos, adaptação a ambientes em transformação, a novos desafios e às prolongadas altas nas taxas de crédito. Em outras palavras, elas não são entidades smithianas, meramente engajadas em “intercambiar e permutar”,² tampouco criaturas

² No original, em inglês, *truck and barter*; Brown cita diretamente uma expressão que Adam Smith usa no fim do segundo capítulo de *A riqueza das nações*. [N. T.]

benthamianas, que simplesmente buscam o prazer e fogem da dor. Ao contrário, à medida que a racionalidade neoliberal refaz o sujeito humano como partícula do capital, há uma passagem da crua abordagem anterior do ser humano como maximizador de interesses, para a formulação do sujeito ao mesmo tempo como membro de uma empresa e sendo *ele mesmo* uma empresa – apropriadamente conduzido, em ambos os casos, por estratégias de “governança” aplicáveis a empresas.

Há inúmeras implicações de interpretar todo e qualquer elemento de uma sociedade segundo um modelo empresarial contemporâneo, mais próximo de um banco de investimentos que de uma mercearia de bairro. Este artigo trata das maneiras como a conduta, os fins e a valorização de cidadãos, tratados como empresas ou membros de empresas, invertem a liberdade originalmente prometida pelo neoliberalismo. Busca compreender como essa promessa se transforma em seu oposto: sujeitos governados por coleções de máximas normativas, vulneráveis aos perigos da vida e prontos a legitimar sacrifícios. Como isso se dá?

Enquanto o neoliberalismo busca manifestamente emancipar os indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatais, ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada de que participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os luga-

res. Ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens. Enquanto o ideal liberal clássico de autonomia e liberdade individual é explorado pelo processo neoliberal de delegação³ do poder decisório, operacionalidade e responsabilidade aos indivíduos, esse mesmo ideal é esvaziado à medida que a desregulamentação elimina os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desata os poderes do capital corporativo e financeiro, e desmantela aquela clássica solidariedade, própria do século 20, entre trabalhadores, consumidores e eleitores. O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital.

Mas isso não é tudo. No cerne da democracia moderna figuram as ideias de igualdade e liberdade universais. Quando a democracia passa pela economicização do Estado, da sociedade e dos sujeitos, típica da racionalidade neoliberal contemporânea, esses termos e práticas são metamorfoseados. Eles perdem sua validade política e ganham outra, econômica: a liberdade é reduzida ao direito ao em-

³ No original, em inglês, *devolution*, traduzido por “delegação”, no sentido de passar o poder de um governo ou autoridade central para outro governo ou autoridade local. [N. T.]

preendedorismo e sua crueldade, e a igualdade dá lugar a mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores. Tudo isso é lugar-comum. Porém, uma distância se abre entre o capital humano para si mesmo e o capital humano para uma empresa, nação ou constelação pós-nacional – ainda que seja um responsável investidor em si mesmo em todos os sentidos, o primeiro pode mesmo assim acabar descartado por mudanças imprevisíveis e instáveis nas últimas. Que razão se atribui a um comportamento empreendedor diligente e responsável, porém não recompensado? Revela-se então uma lógica que combina um pensamento simplificador sobre o capital humano de empresas de sucesso com um discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado, um sacrifício necessário à saúde e à sobrevivência do todo. Sacrifício moralizado que resolve artificialmente o paradoxo da conduta não recompensada, prescrita de maneira normativa pelo neoliberalismo. Exemplos desse paradoxo incluem a promoção do trabalho duro em profissões e atividades subitamente terceirizadas ou eliminadas; a promoção de “sociedades de propriedade”⁴ que jogam centenas de milhões de dólares em hipotecas super-

⁴ “Ownership society”, ou “sociedade de propriedade”, foi um slogan usado pelo presidente norte-americano George W. Bush. Está relacionado à responsabilização dos indivíduos por sua seguridade social, já que, segundo Bush, num discurso de 2004, “a propriedade traz estabilidade, dignidade e independência”. Fonte: <<https://www.wsj.com/articles/SB110549340876823621>>. [N. T.]

faturadas ou insolventes; a promoção de fundos de aposentadoria privados que derretem a cada crise e depressão do capitalismo financeiro; a promoção de graduações e outros tipos de formação que falham em garantir empregos e melhores salários.

Ao emancipar os indivíduos de um tipo de regulamentação estatal e solidariedade social, o neoliberalismo os disponibiliza para serem interpelados e integrados a um conjunto diferente de imperativos e arranjos político-econômicos, ironicamente repetindo a “dupla liberdade” que Marx descreveu como essencial à proletarização, na transição do feudalismo para o capitalismo.⁵ Formalmente liberados da interferência legal em suas escolhas e decisões, os sujeitos permanecem, em todos os níveis, identificados e integrados aos imperativos e prédicas do capital. Assim, à medida que a cidadania neoliberal deixa o indivíduo livre para cuidar de si mesmo, ela também o compromete, discursivamente, com o bem-estar geral – demandando sua fidelidade e potencial sacrifício em nome da saúde nacional ou do crescimento econômico. Essa é a inversão paradoxal da liberdade neoliberal que o presente artigo pretende desvelar.

⁵ Aqui, os que estudam Marx perceberão uma sinistra inversão, no século 21, da irônica “dupla liberdade” identificada em *O capital* como pré-requisito à proletarização. Se no século 19, o trabalho teve que ser “libertado” da servidão feudal para que os meios da autossuficiência se tornassem disponíveis à exploração capitalista, hoje, seres humanos precisam ser emancipados de solidariedades anacrônicas, de benefícios do Estado de bem-estar social e de proteções legais, de maneira a tornar-se disponíveis para o sacrifício cidadão neoliberal.

É importante ressaltar que esses desenvolvimentos são efeitos não meramente de políticas econômicas ou modos de (im)produção, mas da própria racionalidade política e da governança neoliberais, cujo domínio é o tecido social amplo e uma miríade de instituições. O neoliberalismo não inventou a governança, mas mobiliza suas características, que incluem (i) ênfase no consenso e no trabalho em equipe, em detrimento de modelos de cidadania agonísticos ou mesmo pluralistas; (ii) formulações técnicas dos problemas que obscurecem as normas de avaliação e distribuição; e (iii) uma concepção de política como modelo gerencial, que a despoja de um vocabulário de poder, justiça, liberdade, igualdade e lei. Enquanto a lei e a governança neoliberais enfraquecem tanto o poder quanto a legitimidade da ação coletiva, expressões anódinas como “boas práticas” e “consulta às partes envolvidas” substituem, discursivamente, posições diferenciais dentro dos ordenamentos de poder, impedindo o debate sobre visões contestadas do bem. Ao mesmo tempo, a “responsabilização” (*responsabilization*, termo franco-britânico que faz elementos fracos e pequenos serem normativa e praticamente responsáveis pela própria prosperidade) substitui, no campo analítico, a crítica estrutural e, no campo prático, proteções sociais e bens públicos.

Esse é o argumento resumido. Eu o desenvolvi considerando as imbricações e os encadeamentos mútuos de diversos elementos do neoliberalismo que são frequentemente examinados em separado. Iden-

tificarei, num primeiro momento, a maneira como a governança administra a racionalidade neoliberal de modo a atenuar o conflito normativo e desativar a cidadania; em seguida, como as concentrações e fusões de poder neoliberais no topo e as erosões de solidariedade na base aprofundam esse movimento de atenuação e desativação; e, por fim, como as práticas neoliberais de delegação e responsabilização produzem uma estrutura de isolamento, fraqueza e sacrifício na figura do cidadão supostamente democrático.

Antes de prosseguir com este trabalho, porém, duas notas metodológicas se fazem necessárias.

Primeiro, é um lugar-comum acadêmico afirmar que o neoliberalismo não é singular nem constante em suas formulações discursivas, implicações políticas e práticas materiais.⁶ Escapa a esse lugar-comum o reconhecimento das múltiplas e diversas origens do neoliberalismo, ou que um nome tão mal-ajambrado e inapto possa encobrir uma multidão agitada. Antes, o neoliberalismo enquanto política econômica, modalidade de governança e ordenamento racional é um fenômeno global e inconstante, diferenciado, não sistemático e impuro. Ele se combina na Suécia, por exemplo, com a legitimidade continuada do bem-estar social; na África do Sul, com a expecta-

⁶ Jamie Peck. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010. John Clarke. "Living with/in and Without Neo-Liberalism". *Focaal* 51, 2008, pp. 135-147. Franco Barchiesi. *Precarious Liberation: Workers, the State and Contested Social Citizenship in Post-Apartheid South Africa*. Albany: Suny Press, 2011.

tiva pós-apartheid de um Estado democratizante e redistributivo; na China, com o confucionismo e o pós-maoísmo; nos Estados Unidos, com a estranha aliança entre um antiestatismo há muito estabelecido e o novo gerencialismo. Se ele aportou no sul global com “ajustes estruturais” externamente impostos nos anos 1980 e agora sofre abertamente a resistência de certos regimes onde antes parecia triunfante, também criou raiz no norte, através da lenta usurpação de um vocabulário e uma consciência democráticos e pela economicização de ambos.

Um paradoxo, então. O neoliberalismo é tanto um modo específico de racionalidade, quanto uma produção de sujeitos, uma “condução de condutas” e um esquema valorativo.⁷ Ele dá nome a reações políticas e econômicas historicamente situadas contra o keynesianismo e o socialismo democrático, assim como à prática mais generalizada de transformar em econômicas as esferas e atividades até então governadas por outras ordens de valor.⁸ Contudo, em suas diferentes encarnações em países, regiões e setores, em suas diferentes interseções com culturas existentes e tradições políticas, e, acima de tudo, em suas con-

⁷ Michel Foucault. *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-79*. Ed. Michel Senellart. Trad. Graham Burchell. Nova York: Picador, 2004 [ed. bras.: *Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-79)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008].

⁸ Çalişkan e Callon. “Economization”. Timothy Mitchell. *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002. Timothy Mitchell. *Carbon Democracy: Political Power in the Age of Oil*. Londres: Verso, 2011.

vergências e absorções de outros discursos e desenvolvimentos, o neoliberalismo toma formas diferentes e cria conteúdos e detalhes normativos diversos, diferentes idiomas. É globalmente onipresente, porém desunificado e desidêntico a si mesmo, no espaço como no tempo.

Tais aspectos do neoliberalismo – suas irregularidades, a falta de autoidentidade e suas variabilidades espaço temporais – precisam ser ressaltados numa argumentação sobre os efeitos de uma encarnação específica da racionalidade neoliberal. Estar alerta quanto à inconstância do neoliberalismo deve ainda nos ajudar a não tomar esta encarnação como sua essência e verdade global e impedir que se faça da presente narrativa uma teleologia, um capítulo de trevas na firme marcha rumo ao fim dos tempos.

Em segundo lugar, o argumento se desenvolve a partir do pressuposto de que o neoliberalismo é muito mais do que políticas econômicas e a ideologia de livre mercado que as acompanha.⁹ A desregulamentação, o dismantelar de indústrias e bens públicos, a substituição da tributação progressiva por políticas regressivas ou reduções de impostos – tudo isso são fundamentos da prática econômica neoliberal.¹⁰ O

⁹ Wendy Brown. “Neoliberalism and the End of Liberal Democracy”. *Theory & Event* 7, 2003. Wendy Brown. “American Nightmare”. *Political Theory* 34, 2006, pp. 690-714. Michael Foucault. *The Birth of Biopolitics*. Op. cit.

¹⁰ Mesmo essas medidas são dispensáveis ao neoliberalismo, tanto como racionalidade política quanto como política econômica. É o que o período pós-2008 está nos mostrando. Bancos podem ser socorridos e mesmo adquiridos pelo governo sem que precisem ceder aos princípios neoliberais

presente artigo, porém, se preocupa com o que Foucault chamou de ascensão de uma forma de razão normativa que estende métricas e práticas de mercado a todas as dimensões da vida humana – política, cultural, pessoal, vocacional, educacional –, transformando radicalmente a governança, o significado e a relação entre público e privado, mercado e Estado.¹¹ Quando adquire a forma de uma racionalidade política, esse tipo de razão normativa substitui outros modos de valoração por julgamento e ação, critérios liberal-democráticos básicos por justiça com métrica empresarial, transforma o próprio Estado em empresa, produz normas cotidianas de identidade e conduta que configuram o sujeito como capital humano, e define todo tipo de atividade humana em termos de autoinvestimento racional e empreendedorismo.

Governança

Nas duas últimas décadas, a ideia e a linguagem da “governança” ascenderam aos circuitos acadêmicos, assim como a meios políticos, empresariais, agências públicas e organizações não governamentais. Governança não é o mesmo que neoliberalismo, não era parte do imaginário neoliberal estabelecido por Milton Friedman ou F. A. Hayek, e teve pouca participação nas transformações neoliberais da América

de livre-comércio e desregulamentação. A própria regulamentação pode tomar uma forma neoliberal.

¹¹ Michael Foucault. *The Birth of Biopolitics*. Op. cit.

Latina ou do sul da Ásia durante as décadas de 1970 e 1980. Porém, à medida que amadurecia e convergia com o neoliberalismo, a governança tornou-se sua principal forma administrativa, sem a qual o neoliberalismo contemporâneo é impensável. A tarefa, então, é apreender essa convergência de discursos e objetivos como sinérgica e potente, ainda que não seja inevitável.

Como conceito, governança é frequentemente usado de forma intercambiável tanto com governar como com administrar. É também usado transversalmente na política, no mundo dos negócios e em instituições sem fins lucrativos, como universidades e complexos hospitalares. Essa promiscuidade é em si mesma um fenômeno léxico revelador: “governança”, na verdade, indexa uma fusão específica de práticas políticas e empresariais. Como ferramenta analítica, a governança descentraliza o Estado e monitora a dispersão de poderes organizados em todo o ordenamento social, poderes que conduzem e não apenas restringem o sujeito.¹² Referindo-se a políticas públicas¹³, porém, a governança não hesita em substituir a formação e a implementação debatidas de políticas públicas pelo exercício aberto de autoridade e poder

¹² William Walters. “Some Critical Notes on ‘Governance’”. *Studies in Political Economy* 73, 2004, pp. 27-46.

¹³ No original, em inglês, *policy*. Para marcar a diferença, ausente no português, entre *politics* (o campo da política) e *policy* (como em políticas públicas, no sentido de diretriz), optei por traduzir *policy* sempre como “políticas públicas”, no plural, e *politics* como “política”, no singular. [N. T.]

via leis e policiamento. Assim, na linguagem da governança, “diretrizes” substituem leis, “facilitação” substitui regulamentação, “padrões” e “códigos de conduta” (disseminados por uma série de agências e instituições) substituem policiamento e outras formas de coerção estatal.¹⁴ Juntas, essas substituições derrotam o vocabulário do poder, e conseqüentemente sua visibilidade para as vidas e os espaços que a governança ordena e organiza.

A governança também minimiza, ao ponto do repúdio, tanto as estratificações fundamentais na economia e na sociedade quanto os conflitos normativos acerca do bem. Ela enfatiza em seu lugar a integração das “partes envolvidas”, a facilitação do consenso e da “cooperação multilateral”, e o desenvolvimento das “boas práticas” na produção e na implementação de soluções para problemas tecnicamente definidos. Essa integração e esse consenso, é claro, não coletivizam a responsabilidade. Ao contrário, a governança neoliberal contemporânea opera por meio do isolamento de grupos e indivíduos responsáveis e da sua transformação em empreendedores; opera, ainda, por meio da delegação da autoridade e do poder decisório, e da implementação local de normas de conduta. São esses os processos que tornam os indivíduos (ou grupos individualizados) ao mesmo tempo responsáveis por si mesmos e atrelados aos poderes e a um projeto geral. Integração e individualização, cooperação sem

¹⁴ William Walters. “Some Critical Notes on ‘Governance’”. Op. cit.

coletivização – governança é o exemplo supremo de *omnes et singulatim*, o reunir e separar, acumular e isolar que Foucault identificou como marca dos governos modernos.¹⁵

Dito de outra forma, o discurso e a prática da governança despolitizam sua própria implementação e seu campo de aplicação em diversos fronts. “Responsabilizando” cada um dos elementos em sua órbita, ela desconsidera a estratificação e posições díspares desses elementos – os poderes que os produzem, arranjam e relacionam. A governança também faz vista grossa aos poderes que *ela mesma* faz circular, às normas que impõe, aos conflitos que enfeita ou desmantela. Ao promover uma ênfase mercadológica “no que funciona”, ela elimina da discussão as dimensões política, ética e mesmo normativa que modulam as políticas públicas, objetivando dessa maneira contornar a política via abordagens técnicas e práticas dos problemas. A governança também herda das empresas a ênfase em integrar elementos divergentes (de uma firma) num conjunto harmonizado de fins, integração que também presume a fungibilidade e a dispensabilidade de cada elemento, a legitimidade para descartá-los ou substituí-los quando necessário. Portanto, a “economicização do campo político”, pressuposta na governança neoliberal

¹⁵ Michel Foucault. “*Society Must Be Defended*”. *Lectures at the Collège de France, 1975-76*. Ed. Mauro Bertani e Alessandro Fontana. Trad. David Macey. Nova York: Picador, 2003 [ed. bras.: “*Em defesa da sociedade*”. *Curso no Collège de France (1975-76)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005].

ral, funde os cidadãos numa iniciativa comum, ao passo que coloca em segundo plano (no melhor dos casos) os princípios clássicos de equidade, autonomia política, universalidade e até a proteção paternalista professada pelo liberalismo clássico ou pelo Estado de bem-estar social.

Como observou William Walters, a própria ideia de governança emerge de uma alegação pós-ideológica – “o fim da história” – pragmática e focada em soluções, uma “política” que coloca diálogo, inclusão e consenso no lugar de poder, conflito e oposição.¹⁶ A governança visa ainda a superar os antagonismos e partidarismos, tanto da *realpolitik* como da democracia; a pressão em direção a soluções gerenciais orientadas para o consenso tem como seu oposto, manobras partidárias e negociações de políticas públicas, o pluralismo dos grupos de interesse e, é claro, conflito e luta de classes. Uma vez que a governança se torna a “língua franca do *establishment* político e comercial”,¹⁷ noções apresentadas como neutras, mas carregadas de normatividade, como “boas práticas”, circulam por uma série de instituições públicas, áreas de conhecimento, na guerra e também na assistência social. Minha universidade, por exemplo, emprega o linguajar das “boas práticas” para descrever reestruturações e cortes que produzem imensos impactos no acesso ao estudo, na posição dos funcionários e na

¹⁶ William Walters. “Some Critical Notes on ‘Governance’”. Op. cit.

¹⁷ Ibidem.

educação em si. Também começou a usar essa linguagem para discutir como lidar com atos e protestos contra a privatização; “boas práticas” comparece em fóruns públicos que visam a conduzir todos os segmentos da universidade ao consenso acerca de práticas de policiamento.¹⁸ Por outro lado, meus colegas das ciências políticas empregam o termo sem pestanejar em suas descrições metodológicas, omitindo os balizamentos políticos existentes em todo método

¹⁸ De um anúncio da Universidade da Califórnia Berkeley, sobre a nomeação de um novo chefe de polícia do Campus, na primavera de 2013: “[A recém-nomeada chefe de polícia Margo] Bennett está totalmente comprometida em adotar ativamente boas práticas na área de policiamento do campus, acompanhadas por esforços para desenvolver uma cultura mais transparente e acessível. Como é o caso de muitas iniciativas de mudança levadas a cabo no campus, sabemos que isso não será fácil, mas está claro que devemos ir além do *status quo* se quisermos atingir as expectativas das partes envolvidas. De maneira a mapear a agenda de mudanças, Bennett comprometeu-se a se reunir com todos os grupos de interesse do campus e com os chefes das delegacias vizinhas. Seu objetivo é ouvir ideias e conceitos que podem levar a relacionamentos mais fortes e melhores resultados”. Outro exemplo, em janeiro de 2012, a reitoria da Universidade da Califórnia enviou um convite a todos do campus para um fórum intitulado “Como você responderia ao próximo Occupy?”. “O conselheiro geral da UC, Charles Robinsons, e o pró-reitor da faculdade de direito da UC Berkeley, Christopher Edley Jr., convidam os estudantes e o corpo docente a compartilhar suas opiniões e experiências em boas práticas para o planejamento pré-evento, como observadores de evento e coordenação pré-evento; boas práticas durante os eventos, incluindo questões como ajuda mútua e o papel dos administradores do campus e do corpo docente; boas práticas pós-evento, incluindo questões como avaliação civil; educar a polícia, os estudantes, corpo docente e administradores no que tange às políticas públicas e às boas práticas. Esse fórum aberto [...] é parte do projeto Olhando para a Frente, que examina as políticas públicas atuais e identifica boas práticas em conexão com os protestos nos dez campi da Universidade da Califórnia”.

analítico, e dessa forma enterrando qualquer possibilidade de debate metodológico.

Em suma, a governança opera como uma epistemologia, uma ontologia e uma prática despolitizantes. Suave, inclusiva e técnica em sua orientação, a governança encobre normas contestáveis e estriamentos sociais (como as classes), bem como as normas e exclusões nascidas dos seus próprios procedimentos e decisões. Ela alinha os sujeitos aos propósitos e trajetórias das nações, empresas, universidades e demais entidades que a empregam. Na vida pública, a governança substitui questões liberal-democráticas acerca da justiça por formulações técnicas dos problemas; questões de direito por questões de efetividade; e mesmo questões de legalidade por questões de eficácia. No local de trabalho, a governança substitui a solidariedade horizontal dos sindicatos e da consciência de classe e as políticas de luta por equipes hierarquicamente organizadas, cooperação multilateral, integração entre as partes envolvidas, responsabilidade individual e antipolítica. A governança também é um mecanismo-chave para as políticas e práticas de responsabilização, que fazem da atuação individual autossuficiente (alienada de todo contexto, posição social ou contingência) o terreno da sobrevivência e da virtude, um tópico ao qual retornaremos em breve.¹⁹

¹⁹ John Clarke. “Living with/in and without Neoliberalism”. *Focaal* 51, 2008, pp. 135-147.

Neoliberalismo: fusões de poder no topo, solidariedades rachadas na base

Como a derrocada financeira de 2007-2008 deixou claro e a crise da União Europeia de 2011-2012 ressaltou, os Estados euro-atlânticos encontram-se comprometidos de forma sem precedentes com os caprichos, imperativos, invenções e destinos do capital financeiro internacional, tendo pouca escolha além de o apoiar e socorrer, e uma capacidade limitada de regulá-lo, quanto mais de dirigi-lo. Os Estados não estão mais simplesmente “do lado das empresas”, mas envolvidos tão completamente nos mercados de ações e títulos (inclusive por dívida), que os próprios Estados enfraquecem quando esses mercados enfraquecem, correndo o risco de falir quando os últimos quebram. Ao mesmo tempo, o capital financeiro depende do aparato legal, assim como da geração de receita e capacidade redistributiva dos Estados – socorros financeiros são apenas a expressão mais óbvia disso. O tão celebrado mundo das “parcerias público-privadas” (grassando tanto nas universidades quanto nas prisões e nos serviços básicos de cidades inteiras) expressa uma fusão mais profunda entre Estados e iniciativa privada. Diferentemente de uma mera terceirização, tais parcerias privatizam os ganhos enquanto socializam os riscos e, na medida em que precisam ser lucrativas para os investidores, sujeitam os cidadãos a mais apertos. Além de contarem com subsídios estatais quando fraquejam, tornou-se lugar-comum para bancos de investimentos apostar contra

o sucesso de iniciativas público-privadas financiadas por outro banco, simultaneamente incentivando o fracasso e aumentando o custo para o contribuinte.

O panorama completo é este: a descentralização da produção no pós-fordismo, a disseminação de conhecimento e propaganda pela internet e a diminuição da soberania estatal, somadas à descentralização da governança e à delegação de autoridade, próprias do neoliberalismo, não significam que o poder propriamente dito tenha sido delegado ou disseminado. Ao contrário, as fusões de domínios de atividade até então distintos geraram novas formas e intensidades de poder, e também o desafio de nomeá-las e a elas resistir – algo celebrenemente resumido pelo primeiro-ministro francês François Hollande, no dia seguinte à sua eleição:

Meu inimigo real não tem um nome ou um rosto ou um partido. Ele nunca vai concorrer à presidência, portanto nunca será eleito, embora governe. Meu inimigo é o mundo das finanças.²⁰

Muitos dos processos históricos recentes identificados acima também eliminaram medidas e critérios externos, como noções de justiça democrática ou o valor dos bens públicos, por meio dos quais os valores e movimentos do capital foram historicamente

²⁰ Amy Goodman. “New French President: My Real Enemy is the World of Finance”. *Democracy Now*, 19 maio 2012.

contestados ou contidos. A lei – e por meio dela a atividade “comum” do Estado – é mobilizada para amparar tais desenvolvimentos, e é para isso que nos voltaremos agora.

Não é novidade que, a partir do momento em que a neoliberalização foi violenta e repentinamente imposta em partes do sul global, nas décadas de 1970 e 1980, seja por conquista imperial, golpes de Estado internos, exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou alguma combinação destes, o trabalho foi amordaçado e o capital, posto à solta. Exemplos famosos incluem o Chile sob Pinochet e os Chicago Boys, após a derrubada de Allende; o Iraque sob Paul Bremer, depois da queda de Saddam Hussein; e a reestruturação, pelo FMI, de algumas nações enfraquecidas e endividadas do hemisfério sul. De um lado, as indústrias estatais são privatizadas, proprietários estrangeiros são atraídos, a retenção de lucros é assegurada; de outro, greves são criminalizadas e os sindicatos, limitados, por vezes até declarados ilegais. Duas décadas depois, no hemisfério norte, esse processo pode ter se tornado mais sutil, mas não menos eficiente em dismantelar as práticas e a legitimidade do poder e da cidadania coletivistas. Consideremos, a título de exemplo, quatro grandes decisões legais dos últimos três anos.²¹

Em janeiro de 2010, no caso “Citizens United *v* Federal Election Commission”, a Suprema Corte dos

²¹ Embora publicado em 2016, o texto foi escrito em 2013. [N. T.]

EUA votou contra o veto governamental a contribuições empresariais para os Super PACs,²² os comitês de ação política formados para apoiar candidatos fora do escopo de suas campanhas. Chamando aquele veto de redução da liberdade de expressão e dando às empresas o estatuto de pessoas, com um direito impróprio ao discurso político, a decisão permitiu que o dinheiro corporativo literalmente inundasse o processo eleitoral. A opinião da maioria formada é um estudo de caso da economicização da política e da cidadania, no qual o discurso é tido mais como um direito à propriedade incondicional do que como um meio delicado através do qual um público democrático delibera sobre seus desafios, dificuldades e futuros possíveis.²³

Em abril de 2011, outra decisão da Suprema Corte norte-americana, “AT&T Mobility LLC *v* Concepcion”, permitiu às empresas cancelar legalmente processos jurisdicionais coletivos, forçando os consumidores insatisfeitos a entrar com processos individuais. Processos coletivos foram, por muito tempo, instrumentos cruciais da resistência de trabalhadores e consumidores a comportamentos empresariais discriminatórios, enganadores ou fraudulentos, que vão de remuneração insuficiente e preços abusivos a po-

²² Tipo de Comitê de Ação Política (PAC, na sigla em inglês) que recebe doações de pessoas físicas e jurídicas e não tem limite legal de gastos em campanhas eleitorais, desde que não esteja ligado diretamente à campanha dos candidatos e informe o nome dos doadores. [N. T.]

²³ “Citizens United *v* Federal Election Commission”, 130 S. Ct. 876, 558 U. S. 310, 175 L. Ed. 2d 753 (2010).

luição e violação de leis sanitárias ou de segurança do trabalho.²⁴ Tais processos foram agora efetivamente neutralizados. Nos dois anos decorridos desde a decisão da Suprema Corte, juízes citaram a lei mais de 100 vezes para rejeitar processos coletivos, justificando a afirmação do professor de direito Brian Fitzpatrick, da Universidade Vanderbilt, de que a decisão não foi apenas favorável às empresas, mas uma verdadeira “virada de jogo”.²⁵

Em junho de 2011, seguindo uma série de ações legislativas estatais e federais que limitavam o poder de organizações trabalhistas, a Suprema Corte do estado americano do Wisconsin manteve a lei estadual que esvaziou o poder de barganha coletivo de sindicatos públicos (salários ainda podem ser negociados, mas condições de trabalho e benefícios não).²⁶ Caso seja mantida por cortes superiores, o que é provável, essa decisão será um golpe fatal nas organizações trabalhistas do setor público nos EUA.

Ainda em junho de 2011, em “Wal-Mart Stores, Inc. v. Dukes, et al.”, o maior caso de discriminação laboral

²⁴ “AT&T Mobility LLC v. Concepcion”, 130 S. Ct. 3322, 176 L. Ed. 2d 1218 (2010).

²⁵ Ver, por exemplo, David Segal. “A Rising Tide Against Class-Action Suits”. *New York Times*, 5 maio 2012. Ver também o relatório do *Public Citizen* sobre os efeitos da decisão – *Public Citizen & National Association of Consumer Advocates*. “Justice Denied. One Year Later: The Harms to Consumers from the Supreme Court’s Concepcion Decision Are Plainly Evident”.

²⁶ “State ex rel. Ozanne v. Fitzgerald”, 798 N. W. 2d 436, 2011 W. I. 43, 334 Wis. 2d 70 (2011).

da história, a Suprema Corte rejeitou um processo coletivo contra o Wal-Mart, pelo qual 1,5 milhão de mulheres buscavam reembolso por discriminação de gênero. A Corte rejeitou o posicionamento das mulheres enquanto classe, argumentando que não havia nada que conectasse os milhões de decisões empregatícias que resultaram no pagamento mais baixo generalizado às trabalhadoras do Wal-Mart.²⁷

Em suas aulas no Collège de France, Foucault sustentava que, na racionalidade neoliberal, “o jurídico dá forma ao econômico”. Alguns chamaram isso de seu desafio weberiano ao marxismo. Foucault inverteu aquilo que considerava próprio da historiografia marxista, a saber, o pressuposto de que a lei deriva e espelha o modo de produção.²⁸ Porém, há mais em jogo aqui do que somente uma nova relação entre o jurídico e o econômico; na verdade, um importante redesenho do *demos* é levado a cabo nessa contribuição jurídica à economicização do político. As decisões legais citadas acima atacam todos os níveis do poder cidadão organizado e da conscientização política nos EUA, ao passo que julgam direitos pela óptica de princípios econômicos. A primeira permite que empresas comprem o último ícone de soberania popular na democracia neoliberal: as eleições. A se-

²⁷ “Wal-Mart Stores, Inc. v. Dukes”, 131 S. Ct. 2541, 564 U. S., 180 L. Ed. 2d 374 (2011).

²⁸ Michael Foucault. *The Birth of Biopolitics*. Op. cit. Terry Flew. “Michel Foucault’s *The Birth of Biopolitics* and Contemporary Neoliberalism Debates”. *Thesis Eleven* 108, 2012, pp. 44-65.

gunda elimina o principal meio legal que permite que consumidores ou trabalhadores se unam para lutar contra abusos empresariais. A terceira e a quarta se juntam a uma série de leis recentes que constroem a capacidade de trabalhadores dos setores público e privado de atuar em conjunto.

Essas quatro decisões legais agridem as três faces da consciência e da ação coletiva do Terceiro Estado nos EUA. Elas não fazem isso através do ataque aberto às coletividades, nem por privilegiar expressamente o capital. A agressão ocorre, antes, por uma hermenêutica da interpretação constitucional que refrata categorias políticas, como discurso e discriminação, em econômicas. Assim, por exemplo, no caso “Citizens United”, a decisão da Corte suspende restrições ao “discurso” empresarial em campanhas eleitorais em nome de um livre mercado de ideias e de competição eleitoral. Ao abordar os domínios do discurso e da política como mercados, a decisão nomeia como discriminação qualquer barreira imposta pelo governo à entrada nesses mercados. Daí as restrições governamentais à liberdade de expressão de empresas no terreno político serem equiparadas à intervenção governamental no livre mercado. Esse é apenas um dos exemplos de economicização do político através da lei.

Quando esses tipos de ataque à conscientização e à ação coletiva se combinam com a supressão neoliberal de valores democráticos no discurso político, com um desinvestimento dramático em educação,

especialmente educação não técnica, e com a substituição, baseada na governança, da eficácia pela prestação de contas em matéria de políticas públicas e econômicas, o resultado não é simplesmente a erosão do poder popular, mas sua eliminação do imaginário político democrático. Dito de outra forma, é no imaginário político que a democracia se torna desvinculada do poder popular organizado, assim como se torna desvinculada de uma mídia e de eleições independentes do capital corporativo. Uma vez que isso ocorre, protestos contra tais movimentos são enfraquecidos e deslegitimados. De fato, mais que meramente abandonados, os apoios legais ao poder popular são discursivamente identificados como inaceitáveis bloqueios a um (mítico) livre mercado, paralelamente às formas como benefícios de bem-estar social (saúde, assistência social etc.) e mesmo serviços e instituições públicas vêm a ser codificados como socialismo e apontados como a antítese de uma democracia de mercado.

Resumindo, ao mesmo tempo que se estreitam os laços entre Estado, finanças e capital corporativo, a ação conjunta de trabalhadores, consumidores e cidadãos é praticamente eliminada de fato tanto do discurso político, quanto da imaginação política popular e das elites. E, quando organizações de consumidores, trabalhadores e cidadãos são desarmadas pela lei, tais formas de identidade e o antagonismo que representam logo se dissolvem, gerando aquela “transformação de alma” que Margaret Thatcher

identificou como fundamental para o sucesso do projeto neoliberal. Decisões legais desse tipo, acompanhadas das estratégias neutralizantes da governança, têm como finalidade a substituição dessas identidades por outra, a do capital humano. A conversão do trabalhador, do consumidor, do cidadão ativista – entidades capazes de compor uma força social – em partículas isoladas de capital humano autoinvestidor tanto os torna mais fáceis de governar quanto os integra a um projeto geral: crescimento econômico, projeto em nome do qual podem vir a ser sacrificados. A conversão quebra impedimentos à governança e à integração, e as promove. Para entender como e por que isso ocorre, porém, é preciso retornar à problemática geral da formação da governança neoliberal e considerar em particular dois de seus componentes: a delegação e a responsabilização.

Delegação, responsabilização e sacrifício compartilhado

A economicização neoliberal do campo político, ao abrir mão da própria ideia do social e substituir a política pela governança, encolhe todos os espaços significativos para uma cidadania ativa. É possível ver essas três forças amalgamadas nos critérios com que os custos da educação superior são avaliados atualmente – por um lado, em termos de investimento feito por consumidores em seu próprio futuro econômico e, por outro, em termos do investimento do Estado em seu próprio futuro econômico. Essa métrica asfixia o compromisso histórico da educação superior de

desenvolver e renovar cidadãos, conhecimento, civilização, cultura ou até a capacidade da população de governar a si mesma.

Outro exemplo de redução da cidadania e da justiça democráticas a propósitos econômicos pode ser visto no discurso do Estado da União feito pelo presidente Obama em 2013, logo após a sua reeleição. Numa mensagem cheia de clamores por justiça social e recuperação ambiental, cada item que muitos especialistas viram como a retomada de uma agenda progressista foi expressamente legitimado por sua contribuição para o crescimento econômico. Assim, quando Obama argumentou a favor do Medicare,²⁹ da reforma tributária, da reforma na imigração, pelo fim das intrigas e malabarismos de Washington, pelo aumento do salário mínimo, pela luta contra a discriminação sexual e a violência doméstica e pelo aumento do investimento governamental em pesquisa científica e tecnológica, energia limpa, moradia e educação, *cada uma dessas causas foi defendida em termos de sua contribuição para o crescimento econômico ou a competitividade norte-americana*. “Uma economia que cresce e cria bons empregos para a classe média – esta deve ser a estrela do Norte que guia nossos esforços”, declarou Obama.³⁰ “Todo dia”, entou ele

²⁹ Sistema de seguros de saúde gerido pelo governo dos EUA. [N. T.]

³⁰ Barack Obama. “Remarks by the President in the State of the Union Address”, 12 fev. 2013. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/02/12/remarks-president-state-union-address>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

no meio do discurso, “devemos nos fazer três perguntas enquanto nação.” E quais teriam sido essas perguntas, cujas respostas constituiriam guias para a formação de leis e políticas públicas e para a conduta coletiva e individual na democracia mais antiga e nação mais influente do mundo?

Como atrair mais empregos para dentro de nossas fronteiras? Como capacitar nosso povo com as competências necessárias para conseguir esses empregos? E como nos assegurar de que o trabalho duro leva a uma vida decente?³¹

O sucesso nessas três áreas, prometeu Obama, produziria por sua vez o objetivo último da nação e do governo que a administra: base sólida de crescimento para a economia como um todo.

Esse enquadramento pesa todas as questões políticas, incluindo justiça e sobrevivência planetária, de acordo com sua capacidade de gerar PIB. De fato, se um item na agenda progressista de Obama acabasse por deter (ou mesmo fracassasse em estimular) o crescimento, ele aparentemente teria que ser riscado do programa. Esse enquadramento também reduz a cidadania à participação no crescimento nacional, portanto à passividade *política*, dando continuidade (mais sutilmente, talvez) ao elogio de George W. Bush a “comprar, voar e gastar” como atos máximos de pa-

³¹ Ibidem.

triotismo, logo após o 11 de setembro de 2001. Da perspectiva da governança, em que o que é apreciado é o trabalho em equipe para bater metas de crescimento e não a contestação e da deliberação acerca das normas, não há lugar para uma cidadania agonística ou agitadora. Tampouco há lugar para a expressão de cidadãos ligados a grupos de interesse e mobilizações *ad hoc*, ambos tratados como fracassos de aceitação ou construção de consensos.

Contudo, enquanto a racionalidade política neoliberal, administrada pela governança, elimina os últimos traços da formulação republicana clássica de cidadania como engajamento público, ela no entanto retém, transformada, a ideia de sacrifício cidadão. Se a virtude cidadã é retrabalhada na forma de empreendedorismo responsabilizado, ela também o é enquanto “sacrifício compartilhado”, potencialmente necessário a uma economia saudável ou problemática, mas, acima de tudo flexível. Esse sacrifício pode variar entre sofrer os efeitos diretos da terceirização de postos de trabalho – cortes em licenças, salários ou benefícios – e sofrer os efeitos indiretos da estagnação – restrições ao crédito, crises de liquidez ou de moeda. Pode ser amplamente compartilhado, como a redução do investimento estatal em educação, ou ser sofrido individualmente, como o fenômeno “último contratado, primeiro demitido”; pode também, como é mais frequente, ser sofrido desproporcionalmente mais pelo grupo ou classe mais fraco, como é o caso das licenças ou férias coletivas involuntárias, ou

das reduções nos serviços públicos. Qualquer que seja o caso, a cidadania ativa é diminuída para coincidir com o capital humano responsabilizado, enquanto a cidadania sacrificial se expande, incluindo qualquer coisa relacionada à saúde de uma empresa ou nação, ou, mais uma vez, a saúde da nação como empresa. Esse movimento de diminuição e expansão é facilitado pela substituição neoliberal dos discursos e valores políticos democráticos pela governança, aquele modelo de ordem baseado no consenso, que integra todos a um projeto superior. Lembremos como a governança substitui a lei por diretrizes relativas aos objetivos desse projeto, conflito de classes por “partes envolvidas”, consciência de classe por consciência de equipe, e desafios políticos ou normativos por um foco no técnico e no prático. É por meio de tais substituições e da redução do propósito político nacional à sobrevivência e ao crescimento econômicos que, por exemplo, trabalhadores contribuintes se tornam uma fonte de receita aceitável para socorrer bancos de investimentos administrados por bilionários. Isso também é o que legitima cortes em salários e pensões do funcionalismo público ou aumentos nas mensalidades escolares como resposta a crises do capitalismo financeiro, crises fiscais estatais e políticas tributárias regressivas. Resumindo, a governança neoliberal converte a clássica imagem moderna de nação, que abarca diversas questões, problemas, interesses e pontos de poder, naquela cujo modelo é o Wal-Mart, onde administradores são “líderes de equipe”, trabalhado-

res são “associados júnior” e consumidores são “convidados” – cada um integrado ao funcionamento homogêneo do todo e comprometido com o fim único da prosperidade econômica, definida em termos de crescimento e tendências de investimento.

O discurso do “sacrifício compartilhado” dos anos de austeridade se relaciona, guardadas as diferenças, com a economia do gotejamento³² da década de 1980, período inaugural do neoliberalismo no mundo euro-atlântico. A promessa da era Reagan-Thatcher era que a riqueza gerada pelos gigantes beneficiaria os pequenos, mas a cidadania sacrificial de hoje, privada de todas as prerrogativas, não goza de tal garantia. Mais que isso, esse cidadão está comprometido com o valor único e superior do crescimento econômico, portanto pode ser sacrificado às necessidades, vicissitudes e desigualdades do capital em seu posto de trabalho, nação ou constelação pós-nacional. O resultado é que uma racionalidade política nascida em reação ao nacional-socialismo (as teorias de livre mercado antiestadistas de F. A. Hayek e a escola ordoliberal do neoliberalismo foram respostas diretas a essa formação de poder) paradoxalmente espelha alguns de seus aspectos. Mas, para entender completamente como um discurso que valoriza extremas liberdades individuais pode resultar não só em novas formas de cerceamento como também na valorização

³² No original, em inglês, *trickle-down economics*; conceito utilizado para caracterizar políticas econômicas que favorecem os mais ricos. [N. T.]

do sacrifício civil, não militar, precisamos voltar uma última vez ao léxico neoliberal, ou seja, à conjunção de delegação e responsabilização.

É um lugar-comum que a governança neoliberal enfatize a delegação de autoridade como parte da sua antipatia formal ao poder estatal centralizado e como um elemento de governança entendido como solução de problemas pelas partes envolvidas. Delegar também significa que problemas de larga escala, como recessões, crises do capital financeiro, desemprego e degradação ambiental, assim como crises fiscais do Estado, são canalizados para unidades pequenas, fracas, totalmente incapazes de lidar com eles, técnica, política ou financeiramente. O Estado desinveste em educação e saúde mental; os cortes são repassados às localidades; as localidades os repassam a escolas ou instituições que, por sua vez, os repassam para departamentos e gerentes. Estes, enfim, investidos da chamada “autoridade decisória”, não têm, é claro, os recursos para exercer essa autonomia e essa soberania fantasmagóricas, essa falsa liberdade de escolha.³³ De forma inversa, as origens do desinvestimento, para não mencionar as condições e os poderes que o orquestraram, são demasiado remotas e desconectadas

³³ Um exemplo local: meu sistema universitário delegou a incumbência do pagamento dos benefícios de funcionários a unidades acadêmicas individuais, sem no entanto fornecer fundos suficientes para isso. Trata-se de um incentivo para que os departamentos contratem um número cada vez maior de trabalhadores de meio expediente, incluindo docentes, que renunciarão a qualquer benefício.

da alocação dos efeitos para ser responsabilizadas. Simultaneamente, remove-se um ponto de poder imputável e estabelecem-se restrições fiscais e medidas de austeridade como um princípio de realidade incontestável. Quando essa delegação de autoridade e de orçamento a unidades cada vez menores e mais fracas se combina com o fomento da competição entre elas, algo almejado pelo processo de torná-las “empreendedoras”, o modo de governança daí resultante é, como um sociólogo formulou, “a um só tempo vigoroso na aplicação e difuso na organização”.³⁴ Unidades fracas e minúsculas suportam a escolha sem recursos, a responsabilidade impotente, o mandato empreendedor, e uma ordem de poder que não se vê em parte alguma e que é impossível tocar.

Ainda que estejam relacionadas, a delegação neoliberal difere da responsabilização, aquela “moralização da ação econômica que acompanha a economicização do político”.³⁵ Na delegação, o poder decisório transita, com limites definidos, pelos dutos mais baixos de poder e autoridade. A responsabilização é a sobrecarga moral, posta sobre o elemento mais fraco no fim da linha, de ter que discernir e seguir corretamente as estratégias de valorização do capital humano. A responsabilização converte, discursiva e eticamente,

³⁴ Joe Soss, Richard C. Fording e Sanford F. Schram. “The Color of Devolution: Race, Federalism and the Politics of Social Control”. *American Journal of Political Science* 52, 2008, pp. 536-553.

³⁵ Ronen Shamir. “The Age of Responsibilization: On Market-Embedded Morality”. *Economy and Society* 37, 2008, pp. 1-19.

o trabalhador, o estudante, o pobre, os pais e o consumidor naquele cujo dever moral é buscar o autoinvestimento perspicaz e estratégias empreendedoras de autocuidado. Enquanto discursivamente denigre a dependência e praticamente nega o provisionamento coletivo para a existência, a responsabilização solicita o indivíduo como único ator relevante e completamente imputável. Mais uma vez, a governança neoliberal – com sua ênfase no consenso, na antipolítica e na integração de esforços individualizados a fins harmônicos – facilita tanto a prática como a legitimidade da responsabilização. Como argumenta Ronen Shamir, “assim como a obediência foi a chave mestra prática das burocracias hierarquizadas, a responsabilidade é a chave mestra prática da governança”.³⁶

A nova forma de poder que orquestra essa conduta – e a importância da governança em ativar esse poder – é visível na gramática usada para descrevê-la e colocá-la em prática. As palavras feias “flexibilização” e “responsabilização” têm origem em capacidades humanas há muito associadas a uma autonomia moderada. De fato, ser flexível e responsável é ter capacidades de adaptação e imputabilidade que, como Nietzsche, e não apenas Kant, nos lembra, são sinais nominais de soberania individual: só um agente moral considerado no controle de suas ações pode carregar a responsabilidade por si mesmo. Porém, quando o ato de ser responsável é linguisticamente conver-

³⁶ Ibidem.

tido na condição administrada de ser responsabilizado, ele sai do domínio do agir e passa a governar o sujeito como uma injunção moral exterior— através de demandas que emanam de um lugar outro, invisível. A palavra “responsabilização” é um passo nessa direção: de um adjetivo baseado num substantivo (“responsável”), para um verbo transitivo baseado num processo, deixando de ser uma capacidade individual para tornar-se um projeto de governança. Responsabilização assinala um *regime*, no qual a capacidade humana singular de se responsabilizar torna-se um modo de administrar sujeitos, um processo no qual estes são refeitos e reorientados pela ordem neoliberal e através do qual sua conduta é mensurada. Mais uma vez, a governança facilita e impõe a responsabilização, mas os poderes que orquestram esse processo não estão em nenhum lugar do discurso, um ato de desaparecimento que é, ao mesmo tempo, geral na racionalidade neoliberal e particular na responsabilização.

A responsabilização não é uma implicação inerente à delegação. Há, sem dúvida, caminhos mais empoderadores e democráticos na delegação de decisões. Demandas locais de poder decisório e autoridade, é bom lembrar, podem emanar tanto da direita quanto da esquerda, de anarquistas a fundamentalistas religiosos. Quando tais localismos não se erguem puxados pelo andar de cima, mas em vez disso o fazem num esforço sério de independência, tomam a forma possível de um rico compartilhamento do

poder. Porém, quando delegação e responsabilização se combinam, produz-se uma ordem na qual os efeitos sociais do poder – sujeitos construídos e governados – são configurados como agentes completamente responsáveis e culpabilizáveis por sua vida e pela vida da nação. Por meio desse binômio atuação-culpabilização, indivíduos são duplamente responsabilizados: espera-se que cuidem de si mesmos (e são culpabilizados por seu próprio fracasso em prosperar) e do bem-estar econômico (e são culpabilizados pelo fracasso *da economia* em prosperar). Os trabalhadores gregos, os pensionistas franceses e os funcionários públicos da Califórnia e de Michigan, os beneficiários de assistência social norte-americanos, os estudantes universitários britânicos, os novos imigrantes europeus e os bens públicos em geral, portanto, não só são descritos como sanguessugas que operam num velho mundo de privilégios em vez de se virarem sozinhos; mas também são culpabilizados por afundar os Estados em dívidas, emperrar o crescimento e levar a economia mundial à beira da ruína.

Gostaria de ressaltar esse último ponto. Indivíduos responsabilizados são obrigados a sustentar a si mesmos, num contexto em que poderes e contingências limitam radicalmente sua habilidade de fazê-lo. Mas eles também são culpabilizados pelas desgraças do todo, e, mais importante, mesmo quando se comportam adequadamente considera-se legítimo sacrificá-los pela sobrevivência do todo. Uma tal formulação da imputabilidade cidadã assinala mais que o desman-

telamento da lógica do Estado de bem-estar social ou mesmo do contrato social liberal; na verdade, expressa precisamente sua inversão. No lugar da promessa do contrato social, de que o corpo político protegeria o indivíduo contra os perigos externos e internos que ameaçam sua vida, indivíduos agora podem ser legitimamente sacrificados pelo todo, esse “todo” podendo significar qualquer coisa, a sustentabilidade tanto de uma empresa particular quanto de uma economia nacional ou pós-nacional. À medida que pensões são cortadas para balancear orçamentos, que aos trabalhadores são dadas férias compulsórias, congelamentos salariais ou cortes em horas e benefícios, que escolas declinam e serviços sociais encolhem e são privatizados, o contrato social clássico é virado do avesso. Em lugar de receber segurança ou ser protegido, o cidadão responsabilizado tolera a privação, a insegurança e a extrema exposição para manter a produtividade, o crescimento, a estabilidade fiscal, as taxas de crédito ou a influência mercantil de uma empresa ou nação (ou, de novo, da nação concebida como empresa).

Em suma, a economicização da política e a redução da cidadania como investimento voltado para em si mesmo, por um lado, e como capital humano para a nação enquanto empresa, por outro, significam que a cidadania é despida de voz e engajamento político substantivos, e a virtude cidadã, resumida a um acomodar-se, sem queixas, à vida econômica da nação. Enquanto capital humano, somos autoinvestidores – responsáveis por nosso sucesso ou fracasso, condena-

dos à dependência e à expectativa de benefícios –, e também um recurso nacional.³⁷ Enquanto cidadãos, devemos maximizar nossa própria saúde econômica, assim como a da nação (ou constelação pós-nacional), através de gastos, poupança, empréstimos, trabalhar ou não trabalhar, dependendo das necessidades imediatas do capital. Para os trabalhadores, isso significa que a solidariedade e o sacrifício, antes direcionados aos sindicatos (nas greves, paralisações etc.), são agora redirecionados para o capital (*downsizing*,³⁸ licenças, horas e benefícios reduzidos). Isso pode incluir tolerar a substituição do seu trabalho por trabalho informal ou feito por presidiários, se tais substituições melhorarem o status competitivo da indústria.³⁹ Para a classe média, isso significa uma disposição para suportar esquemas fiscais regressivos, com reduções relativas na receita pública, seguindo a lógica de que impostos progressivos sobre grandes empresas e mineradoras desencorajam o investimento, espantam empresas e entram o crescimento. Para os consumidores, isso significa aceitar as exortações à ganância, ao empréstimo ou à poupança, dependendo das necessidades sempre cambiantes da economia, em lugar das suas próprias necessidades, das de suas famílias, comuni-

³⁷ Michel Feher. “Self-Appreciation; or, The Aspirations of Human Capital”. *Public Culture* 21, 2009, pp. 21-41.

³⁸ No original, em inglês, *lay-offs*: redução de pessoal numa empresa. Em português, a expressão *downsizing* é usada tanto para redução de pessoal (pela demissão de grupos de funcionários) como para redução de custos. [N. T.]

³⁹ Ver, por exemplo, Diane Cardwell. “Private Businesses Fight Federal Prisons for Contracts”. *The New York Times*, 14 mar. 2012.

dades ou do planeta. E, para os cidadãos como um todo, como o sul da Europa aprendeu nos últimos dois anos, significa aceitar taxas elevadas e persistentes de desemprego, aliadas a cortes drásticos em proteções e serviços sociais.

O ponto mais geral aqui é óbvio, porém crucial: a despolitização neoliberal do mercado não extermina o mercado como fim político. Pelo contrário, ao passo que toda esfera da vida é mercantilizada e a nação é reconfigurada segundo um modelo empresarial, tornando o crescimento econômico e o aumento nas taxas de crédito os únicos fins, toda cidadania possível consiste em alinhar nossas expectativas, comportamento e modos de vida a esses fins. Uma cidadania virtuosa realiza esse alinhamento; a má cidadania (funcionários públicos gananciosos, preguiçosos consumidores de benefícios ou trabalhadores insuficientemente flexibilizados) o rejeita. Portanto, enquanto o neoliberalismo formalmente promete libertar a cidadania do Estado, da política e mesmo das preocupações com o social, na prática ele integra tanto o Estado quanto a cidadania a um projeto comum de crescimento econômico, fundindo moralmente autoconfiança hiperbólica e disposição sacrificial.⁴⁰

⁴⁰ Note que o objetivo não é acumulação de capital, mas crescimento econômico. A ascensão do capital financeiro desafiou o entendimento marxista e neoclássico de que o crescimento ocorre pela acumulação do capital e, em vez disso, produziu a possibilidade de crescimento baseado em derivativos e manipulação de mercado. Daí os amargos debates contemporâneos que avaliam se impostos sobre bilionários são entrave para o crescimento ou se programas de criação de empregos necessariamente geram crescimento.

Por que usar o termo “sacrifício” aqui? Uma resposta simples é que esse é o termo ubiquamente em voga na apresentação e na implementação de medidas de austeridade. A expressão “sacrifício compartilhado” está nas bocas de todos os políticos e gerentes engajados em cortes, *downsizing*,⁴¹ apertar de cintos, revogação de direitos e em toda imposição de medidas de austeridade pelo Estado. Mas há mais nessa escolha terminológica. Sacrifício, por definição, envolve oferecer comida, objetos, vidas de animais ou pessoas a um propósito mais alto, uma figura divina ou sobrenatural. Oblação, às vezes usado como sinônimo de sacrifício, também é uma oferta a Deus, mais especificamente uma oferta de si mesmo. Um oblato devota (normalmente de forma monástica) sua vida a Deus, e a oblação carrega a ideia particular de “esvaziar-se de si por Deus”.⁴² O cidadão sacrificial do neoliberalismo não é aquele cujos interesses são feridos ou temporariamente postos entre parênteses. Mais que isso, pode-se dizer que esse cidadão é oblatado em relação ao projeto de crescimento econômico; tropeçamos, portanto, na dimensão teológica do capitalismo, que muitos vêm explorando nos últimos anos.⁴³

⁴¹ No original, em inglês, *lay-offs*. Ver nota 38. [N. T.]

⁴² “Sacrifice & Oblation in Prophecy”. Disponível em: <<https://www.thekilbygroup.com/dwight.writings/Sacrifice%20%26%20Oblation%20in%20Prophecy.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

⁴³ Ver, por exemplo, Giorgio Agamben. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Trad. D. Heller-Roazen. Palo Alto: Stanford University Press, 1998 [ed. bras.: *Homo Sacer: poder soberano e vida nua*. Belo Horizonte:

Políticas de austeridade são mais frequentemente apresentadas em termos de sacrifício compartilhado do que de dor compartilhada (no segundo caso se estaria ainda invocando o sujeito de interesses no lugar do *homo oeconomicus* integrado à empresa na forma de capital humano), ou mesmo em termos de vencedores e perdedores (o que, mais uma vez, remeteria a sujeitos da luta de classes ou de interesses). Também devemos notar que o oblato, que se sacrifica ou que é sacrificado, retém a fisionomia humana. Ou seja, um oblato é um sujeito, sujeito este que se esvazia *de si mesmo* por um propósito mais elevado; é preciso que haja um sujeito para escolher ou performar esse esvaziamento. A performance do sacrifício no lugar da satisfação, da oblação no lugar do interesse – estas sugerem traços de uma soberania teológico-política no sujeito, não apenas no Estado. A presença de tais

UFMG, 2002]. Walter Benjamin. “Capitalism as Religion”. In: Ernesto Mendietta (ed.). *The Frankfurt School on Religion: Key Writings by the Major Thinkers*. Nova York: Routledge, 2005 [ed. bras.: *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013]. Wendy Brown. “Sovereignty and the Return of the Repressed”. In: David Campbell and Morton Schoolman (eds.). *The New Pluralism: William Connolly and the Contemporary Global Condition*. Durham, NC: Duke University Press, 2008, pp. 250-272; *Walled States, Waning Sovereignty*. Nova York: Zone Books, 2010; “Is Marx (Capital) Secular?”. *Qui Parle* 23, n. 1, *Special Dossier: Rethinking Sovereignty and Capitalism* (outono-inverno 2014), pp. 109-112. Phillip Goodchild. *Capitalism and Religion*. Nova York: Routledge, 2002; *Theology of Money*. Durham, NC: Duke University Press, 2009. Robert Meister. *After Evil: A Politics of Human Rights*. Nova York: Columbia University Press, 2011. William Connolly. *Why I Am Not a Secularist*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1999; *Capitalism and Christianity, American Style*. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

traços é um lembrete de que a racionalidade neoliberal não é total, não é a única racionalidade circulando, um ponto no qual devemos nos deter um pouco.

O argumento acima não é que os indivíduos precisem conscientemente acreditar no sacrifício para que uma racionalidade sacrificial ou oblativa opere. Nem os sujeitos são necessariamente aclamados como cidadãos políticos sempre que se exige o sacrifício pela economia. Mas o mantra “estamos todos juntos nisso” hoje atravessa nações, empresas, indústrias, cidades e instituições públicas, convocando os indivíduos ao sacrifício pela sobrevivência ou a recuperação do todo econômico, especialmente nos níveis mais baixos das escalas empresariais e de renda. De maneira mais importante, perda de empregos, terceirização, *downsizing*⁴⁴ e reduções de benefícios, bem como cortes em educação pública, infraestrutura e seguridade social, tudo isso toma forma como decisões econômicas na governança neoliberal, e não como decisões políticas. Isso significa que, caso a “realidade” do mercado assim requiera, os indivíduos mais responsabilizados podem ser legitimamente jogados ao mar. Se o indivíduo é o ponto final de toda responsabilidade – desprotegido e inseguro –, ele também está inteiramente comprometido e confiado ao projeto geral. Daí que sua fidelidade não garante sua sobrevivência. Isso é o que torna possível seu sacrifício legítimo. Dito de outra forma, a ideia de que cidadãos patriotas

⁴⁴ No original, em inglês, *downsizing*. Ver nota 38. [N. T.]

devem compartilhar o sacrifício de aceitar a austeridade, clamor que se escuta hoje da direita à esquerda, não configura a nação como entidade política. Antes, realoca esse gesto clássico de patriotismo num campo econômico, ele mesmo um índice da economicização neoliberal do político.

Conclusão

Cidadania em seu modo mais rarefeito é mera adesão. Qualquer coisa mais robusta inevitavelmente tem ligação com patriotismo, amor pela pátria, seja o objeto de apego uma cidade, um país, um time, uma empresa ou o cosmos.⁴⁵ O patriotismo em si pode ser expressado de muitas formas, da crítica radical à devoção servil, da atividade engajada à obediência passiva. Em todos os casos, porém, seu sinal consumado é o sacrifício voluntarioso até o ponto da morte, motivo pelo qual soldados em batalha permanecem como seu maior símbolo. Hoje, como a métrica econômica saturou os propósitos nacionais e de Estado, o cidadão neoliberal inteiramente responsabilizado não precisa arriscar-se estoicamente à morte no campo de batalha, mas apenas suportar, sem queixas, o desemprego, subemprego ou emprego infinito (consequência da demolição dos sistemas de aposentaria). O cidadão totalmente responsabilizado

⁴⁵ Ver Nicholas Xenos. “Buying Patriotism”. *Pioneer*, 12 nov. 2012.

não reivindica proteção contra bolhas do capitalismo que de repente estourem, recessões que enxuguem postos de trabalho, crises de crédito e colapsos do mercado imobiliário, os apetites do capitalismo por terceirização ou sua recente descoberta de prazer e lucro em apostar contra si mesmo ou em catástrofes. Esse cidadão também aceita a intensificação das desigualdades no neoliberalismo como básicas para a saúde do capitalismo – o que engloba os salários abaixo da linha da pobreza de muitos e as compensações infladas de banqueiros, CEOs e mesmo administradores de instituições públicas, além do acesso reduzido dos pobres e da classe média a bens outrora públicos e agora privatizados, como educação superior e serviços municipais. Esse cidadão exige o Estado, a lei e a economia de se responsabilizarem e responderem por sua própria condição e suas dificuldades e está pronto a se sacrificar em nome do crescimento econômico e das restrições fiscais quando é chamado a fazê-lo.

Assim, uma racionalidade política originalmente nascida em oposição ao fascismo acaba por espelhar alguns de seus aspectos, embora por poderes sem rosto e de mãos invisíveis, e sem um Estado autoritário. Isso não significa que neoliberalismo é fascismo nem que vivemos em tempos fascistas. É apenas notar convergências entre determinados elementos do fascismo do século 20 e os efeitos involuntários da racionalidade neoliberal do nosso tempo. Tais convergências aparecem na valorização do produtivismo e do sa-

crifício por um bem maior com o qual todos estão comprometidos, mas do qual ninguém deve esperar benefícios pessoais.⁴⁶ Aparecem ainda na crescente desvalorização da política, do público, dos intelectuais, da cidadania educada e de todos os propósitos coletivos e solidariedades outras que não a nacional.

Essa é a ordem de coisas que os protestos antiausteridade na Europa, o Occupy Wall Street e os levantes turcos mais recentes interromperam e desafiaram. No lugar de uma imagem empresarial da nação ou da Europa, tais protestos lutam para resgatar a imagem da nação como *res publica*, coisa pública, e do povo como um corpo político vivo. Ironicamente (dialeticamente?), o Occupy, os protestos europeus e até certos aspectos da Primavera Árabe emergiram, em parte, das solidariedades rompidas de uma época neoliberal. Os famosos “99%” do Occupy, por exemplo, não são principalmente trabalhadores, estudantes, consumidores, beneficiários da seguridade social ou sindicalizados. Mais que isso, o Occupy do outono de 2011 foi uma erupção pública de cidadania, e mesmo de uma aspirante soberania popular, amplamente desmantelada pela razão neoliberal. Tais erupções, como aquelas ocorridas no sul da Europa em 2012 ou na Turquia, no Brasil e na Bulgária na primavera de 2013, retomaram espa-

⁴⁶ Asaf Kedar. “National Socialism Before Nazism: Friedrich Naumann and Theodor Fritsch, 1890-1914”. Tese de doutorado. University of California Berkeley, 2009.

ços privados como públicos, ocuparam o que é seu e, acima de tudo, rejeitaram as figuras da cidadania reduzida a capital humano sacrificial e do capitalismo neoliberal como um poder sagrado, provedor da vida. Buscaram recuperar a voz política silenciada por essas figuras.

Sustentar esses movimentos para além de seus momentos de irrupção é extremamente difícil. Dado que a racionalidade neoliberal solapa a própria ideia de público e de uma cidadania para além da condição de membro, ela tem diminuído dramaticamente o fato e o valor da vida pública, o que tende a tornar a resistência mais episódica e rebelde do que participativa e constitutiva da soberania popular. A neoliberalização impõe desafios específicos e diferenciados à política de resistência em larga escala, desafios que irei apenas identificar aqui. Cada um deles pede uma teorização mais elaborada.

Mirar no problema

Como nomear e desafiar algo tão ubíquo, difuso e superficialmente benigno como a governança e a racionalidade neoliberais? De fato, como atacar de todo uma racionalidade, ou transformações da existência que não operam exclusivamente por meio de violência, exclusão ou subordinação e que não são administradas apenas por Estados ou instituições transnacionais, padrões, bancos ou empresas? Como articular e desafiar coisas como a destruição do valor não econômico ou a reconstrução de sujeitos, rela-

ções sociais e associações feita segundo métricas do mercado? Como, especialmente, atacar mudanças frequentemente sacralizadas pelas práticas locais e consensuais da governança, por um lado, e pelas decisões das altas cortes, por outro? E como identificar e atingir esses processos e efeitos sem os reificar como pessoas, instituições e regimes?

Edipianização política

A edipianização e a personificação do inimigo são problemas significativos na política de protesto em geral, mas ocorrem especialmente em protestos contra a neoliberalização. Isso ocorre em parte porque fontes e agentes das transformações neoliberais são muito difusos, em parte porque historicamente análises da esquerda acerca do capital atacaram padrões, riqueza e Estados e em parte porque desejo, paixão, poder e impotência são elementos fundamentais da política de protestos. Com essa combinação de ingredientes, agressões e personificações edipianas são praticamente inevitáveis. Ainda assim, são em grande medida inúteis: as formas de razão e governança que promulgam as transformações neoliberais não são pessoas, muito menos pais. Os poderes mais significativos que conformam as graves desigualdades e calamidades do presente não são indivíduos ou instituições onipotentes. Acima de tudo, vociferar, escarnecer e bater-se contra entidades paternas – policiais, reitores, bancos, primeiros-ministros, o 1% – não irá interromper nem reverter a neoliberalização da vida

cotidiana, ainda que possa ser útil para chamar atenção para o problema.

É precisamente porque a edipianização exerce uma atração tão forte na política de protesto que precisamos de teorias e práticas que nos ajudem a identificar e redirecionar impulsos edipianos. De Freud, temos teorias de comportamento coletivo; dos neofreudianos e lacanianos, temos teorias da subjetividade liberal-democrática, comunista e colonial.⁴⁷ Em outras palavras, dispomos de teorias psicanalíticas sobre nossos objetos de crítica, mas não dispomos de práticas não edipianas de resistência e transformação.

Nomear a(s) alternativa(s)

Quais são as alternativas de esquerda interessantes e viáveis ao capitalismo neoliberal no século 21 globalizado? Qual é nossa ideia realista de como humanos devem viver juntos no planeta hoje? Por quais instituições e práticas devemos ser governados, como o mundo deve ser esculpido, o que poderia substituir os atuais arranjos socioeconômicos para assegurar um futuro sustentável e próspero para a vida terrestre? Essas não são perguntas sobre ética ou princípios de resistência. Antes, dizem respeito a uma alternativa política e econômica razoável e viável. Seria o socialismo? Acompanhado de qual aparato político ou governamental desta vez? De quais garantias de

⁴⁷ Exemplos incluem – mas não se limitam a – Otto Fenichel, Wilhelm Reich, Erich Fromm, Richard Lichtman e Slavoj Žižek.

liberdade, igualdade, prosperidade humana e planetária? Quais seriam seus domínios espaciais e fronteiras? Quais formas de controle local e central? Se não o socialismo, então o quê? Uma política de esquerda não edipiana requer ideias sérias e informadas sobre esse tema, do contrário somos crianças se rebelando contra poderes dos quais sonhamos nos emancipar, mas sem noção do que poderia ou deveria substituí-los. A alternativa é nos rendermos à ideia de que levantes populares de massa – do tipo dos que irromperam na Tunísia, no Egito, em Nova York, Londres, Bulgária, Espanha, Grécia, Turquia e Brasil, nos anos recentes – estão restritos ao protesto e à negação. Ainda acreditamos que um *demos* possa fazer mais que isso, que possa defender ou inaugurar e mesmo instituir um futuro aperfeiçoado?

Ir daqui até lá

Como navegar do presente a um amanhã melhor? Especialmente no contexto atual de uma integração global econômica, financeira e política profundamente complexa, como lutas locais e até sucessos temporários nessas lutas interagem com a produção, os fluxos de capital e o comércio globalizado? De forma mais geral, como relacionar o local, o nacional, o pós-nacional e o global em nossos esforços e visões? Como respeitamos e afirmamos o valor das diferenças e da autonomia locais, por um lado, e consideramos as dimensões globais de finanças, tecnologia, regulamentação, leis e imigração, por outro?

Neoliberalismo de esquerda

Quais ferramentas críticas, analíticas e práticas podem nos ajudar a proteger do neoliberalismo nossas próprias interpelações e construções? O que nos ajudaria a identificar e trazer à luz, por exemplo, o parentesco próximo entre práticas anarquistas do tipo faça você mesmo e empreendedorismo neoliberal? Entre a governança neoliberal descentralizada e as assembleias gerais descentralizadas do Occupy? Entre terceirização, financiamento coletivo e cooperativas?

Marcar o sujeito sem marca do neoliberalismo

O capital humano, no linguajar neoliberal, não tem gênero, sexualidade, raça ou qualquer outra posição subjetiva. Porém, é claro, o neoliberalismo se intersecciona com poderes existentes de estratificação, marginalização e estigmatização, reconfigurando e reafirmando esses poderes. Como, então, a resistência política ao neoliberalismo pode evitar, por um lado, cair nas suas falsas concepções de universalismo e genericismo e, por outro, os perigos das políticas identitárias, em especial aquelas insuficientemente baseadas em análises sobre o capitalismo neoliberal?

De jeito nenhum essas seis preocupações exaurem os desafios e dificuldades enfrentados pela resistência organizada ao neoliberalismo. Não é preciso lidar com todos de uma vez nem em antecipação a essa resistência. Mas eles não podem ser ignorados.

* * *

Este artigo, escrito em 2013, esboça argumentos elaborados nos capítulos 1, 4, 5 e 7 de *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution* (Zone, 2015), ainda não traduzido para o português. Esperava-se que o ensaio fosse publicado antes do livro. As coisas se desdobraram de outra forma, porém, e a autora agradece à editora Zone Books pela permissão para republicar parte do material.

WENDY BROWN (Califórnia, 1955) é professora de ciência política na Universidade da Califórnia Berkeley. É autora de *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution* (2015), *Walled States, Waning Sovereignty* (2010), *Regulating Aversion: Tolerance in the Age of Identity and Empire* (2006) e *Manhood and Politics: A Feminist Reading in Political Thought* (1988). Suas pesquisas mais recentes abordam o problema da desdemocratização e as novas condições globais de poder e soberania. É reconhecida por suas importantes articulações entre teoria política e feminismo e pelo ativismo contra a privatização da Universidade da Califórnia.